

MENOS IMPOSTOS PARA A CLASSE MÉDIA E EMPRESAS



pág. 4

PRESIDENTE

“SOU UM DEFENSOR DAS JUVENTUDES PARTIDÁRIAS”

Rui Rio respondeu a 45 perguntas de jovens militantes, dia 2, no Mercado de Santa Clara em Lisboa, uma iniciativa inserida nas comemorações do 45.º aniversário da JSD



pág. 10

LOCAIS

SEGURANÇA NO DISTRITO DO PORTO ESTÁ NUMA SITUAÇÃO “LIMITE”

O presidente da Comissão Política Distrital do Porto do PSD, Alberto Machado, considera que a segurança das populações na região está numa situação “limite”



pág. 11

REGIONAIS

AMIANTO FOI TOTALMENTE RETIRADO DOS BAIRROS SOCIAIS DA MADEIRA

O Governo da Madeira cumpriu na íntegra o projeto de retirada da totalidade do amianto nos bairros sociais da região, afirmou a secretária regional da Inclusão e Assuntos Sociais



JOSÉ CANCELA MOURA
Diretor do "Povo Livre"

VALORIZAR A CLASSE MÉDIA

Os últimos quatro anos mostraram uma solução política que fez escolhas erradas. Os resultados da denominada geringonça estão à vista. Crescimento económico anémico, dívida pública galopante, asfixia fiscal e serviços públicos depauperados. Portanto, um País assente em pés de barro.

O PSD acaba de apresentar uma alternativa ao modelo económico seguido pelo Governo e pelas esquerdas. O quadro macroeconómico 2019-2023 oferece uma proposta séria, com números sólidos e projeções fundamentadas.

Por um lado, passa por um alívio fiscal de 3,7 mil milhões de euros para as famílias e para as empresas. Os impostos atingiram o maior valor de sempre e esta medida corresponde a um sinal do PSD em sentido inverso, fazendo baixar a carga fiscal, de 34,9% para cerca de 33,4% do PIB, na próxima legislatura.

Por outro lado, oferece às empresas espaço para crescerem, nomeadamente aquelas que integram o setor exportador (as pequenas e médias empresas). Para aumentar a competitividade da economia, é preciso potenciar o investimento privado e as exportações e incrementar a poupança. O PSD defende uma alteração nos escalões intermédios das taxas do IRS, aliviando a classe média (o custo da medida é de 1.200 milhões de euros em 2023); uma descida da taxa de 23% para 6%, no IVA do gás e da eletricidade para uso doméstico (o custo da medida é de 500 milhões de euros); diminuição do IRC para as empresas, de 21% para 17% (1.600 milhões de euros); e uma redução da taxa mínima do IMLI, de 0,3% para 0,25%, e a eliminação do adicional ao IMLI, o célebre, mas esquecido por razões de conveniência, "imposto Mortágua".

E ao contrário do que pronunciam os detratores, este conjunto de medidas, como esclareceu Rui Rio, não terá impacto negativo na receita fiscal, porque esta irá subir por via da indução do crescimento da economia, que gerará maior atividade e permitirá um encaixe superior ao nível das receitas de IVA, IRS e IRC.

Os portugueses já perceberam que o modelo implementado pelo Governo durante a atual legislatura está condenado. O Primeiro-Ministro diz que foram contratados milhares de funcionários públicos, mas os serviços estão piores. Aliás, estranhamente e por coincidência, o Governo abriu esta semana um procedimento de contratação de 1000 técnicos qualificados, precisamente quando os serviços públicos bateram no fundo. É o reconhecimento expresso da incapacidade do Governo em travar a erosão dos principais serviços assegurados pelo Estado, isto apesar de, ilusoriamente, anunciarem mais meios e mais recursos.

O quadro macroeconómico do PSD marcou a agenda e já está a animar o debate político. E as propostas anunciadas estão em profunda sintonia com a nossa matriz ideológica, que passa por valorizar a classe média, diminuir o fosso de rendimentos entre ricos e pobres e estimular a economia. Não há País sem economia. Não há futuro sem qualidade de vida.

Só pela via fiscal se poderá resgatar a classe média e os trabalhadores por conta de outrem do garrote fiscal a que foram submetidos nos últimos anos. No programa ideológico do PSD, pode ler-se que "o Estado deve ser um agente da democratização da economia. Só um espaço aberto à participação de todos na vida produtiva, que premeie o trabalho, a criatividade, o esforço e o mérito, pode fornecer o contexto económico da realização das conceções de felicidade de cada um".

É isso que queremos fazer. Estamos a fazer.

MENOS IMPO MÉDIA E EMP



Rui Rio apresentou dia 5, no Porto, um conjunto de medidas que visa reduzir os impostos sobre a classe média e as empresas, porque "a carga fiscal atingiu com a governação do Partido Socialista o máximo de toda a história de Portugal". Em conferência de imprensa, Rui Rio começou por recordar que o quadro macroeconómico para 2019-2023 tem como "primeiro objetivo ter uma economia com melhor emprego e capaz de pagar melhores salários".

O Presidente do PSD insiste na redução das taxas do IRS nos escalões intermédios, para aliviar a carga fiscal da classe média, penalizada durante o ajustamento externo. Rui Rio assegura que "o IRS poderá baixar até ao montante de 1.200 milhões de euros, tendo as medidas de ser calibradas de tal forma que a perda de receita fiscal por força desta medida não ultrapasse os 1.200 milhões de euros em 'ano de cruzeiro', que é 2023".

Além da redução do imposto nos escalões intermédios, Rui Rio defende um aumento das deduções das despesas com a educação e impulsionar o incentivo fiscal à poupança das famílias.

Nos impostos indiretos, Rui Rio anunciou a redução de 23% para 6% da taxa do IVA do gás e da eletricidade para uso doméstico, o que representa uma redução de 14% no preço a pagar pelo consumidor.

STOS PARA A CLASSE PRESAS



Já quanto ao IRC, a redução gradual deste imposto será na ordem dos quatro pontos percentuais ao longo da próxima legislatura, passando dos atuais 21% para 17%, por forma a reduzir o esforço fiscal das pequenas e médias empresas (PME) e torná-las mais competitivas. “Esta redução gradual da taxa de IRC representa que iremos cobrar menos 1.600 milhões de euros de IRC às empresas. Este é o custo fiscal da medida”, referiu.

Ainda para as empresas, Rui Rio defende o alargamento para um milhão de euros de faturação anual do regime de IVA trimestral e a ampliação em 15 dias do prazo de pagamento de IVA para as empresas que pagam trimestralmente e em 20 dias para as que pagam mensalmente.

Rui Rio reafirma que a redução do IRC tem por objetivo tornar as empresas mais competitivas, principalmente as PME que exportam e investem, porque são “essas que criam a riqueza necessária para que Portugal esteja em condições de dar melhores empregos às pessoas e pagar-lhes melhores salários”.

Relativamente ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), Rui Rio defende uma redução da taxa mínima de 0,3% para 0,25% e a eliminação do adicional ao IMI, o “imposto Mortágua” por considerar que “não faz sentido nenhum”.

“Ninguém está a dizer que a receita fiscal vai descer, a receita fiscal vai subir porque a receita fiscal sobe por via do crescimento económico e se há mais transações cobra-se mais IVA porque a economia cresceu e se há mais rendimentos cobra-se mais IRS e IRC”, ressaltou.

Todas estas medidas de política fiscal serão vertidas no programa que o PSD irá apresentar às eleições legislativas.





Rui Rio na JSD Talks

“SOU UM DEFENSOR DAS JUVENTUDES PARTIDÁRIAS”

Rui Rio respondeu a 45 perguntas de jovens militantes, dia 2, no Mercado de Santa Clara em Lisboa, uma iniciativa inserida nas comemorações do 45.º aniversário da JSD. Uma conversa aberta e descontraída, na qual o Presidente do Partido recordou alguns momentos marcantes, pessoais e políticos, da sua vida.

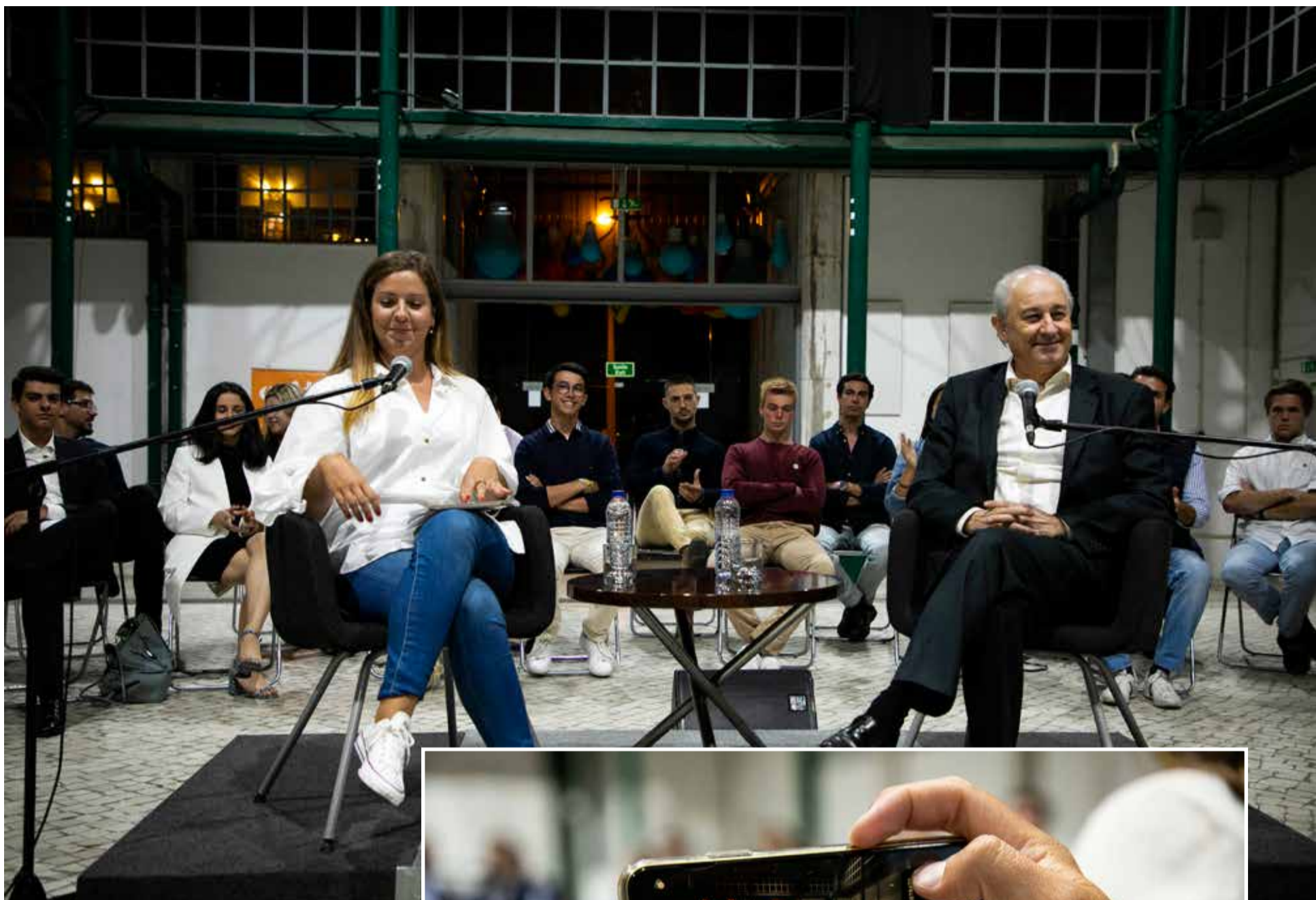
O líder do PSD começou por falar sobre a riqueza da língua portuguesa, uma das mais faladas no mundo. Referindo-se à recente visita ao Brasil, Rui Rio enalteceu os laços afetivos e históricos com o Brasil e os países lusófonos, razão pela qual Portugal deve cimentar uma cooperação mais profunda com os PALOP.

Rui Rio considera Sá Carneiro a personalidade política portuguesa que mais admira, pela sua “maneira de ser e simpatia pessoal e política”, ao mesmo tempo que reconhece “o inegável trabalho desenvolvido no País” por Cavaco Silva, durante os dez anos de governação.

Neste encontro, Rui Rio defendeu “medidas que discriminem positivamente o interior”, sendo que a maior preocupação é criar condições de atração de investimento, para criar e fixar empregos. “Não havendo emprego no interior, o que adianta? Temos de ser atrativos no investimento no interior. É mais importante a desconcentração do que a descentralização. A descentralização pressupõe capacidade de decisão. A desconcentração é tirar dos grandes centros e passar para o interior”, apontou.

Rui Rio assinala que os serviços públicos são a “área em que o Governo mais tem falhado”, com uma “degradação” que não se lembra de ter visto antes, tanto “no Serviço Nacional de Saúde (SNS) como nos transportes, nos seis meses de espera para o cartão do cidadão ou na parte administrativa da Segurança Social”, além da “ausência sustentada de crescimento económico”.





Mostrando-se um “defensor das juventudes partidárias bem orientadas no bom sentido”, Rui Rio afirma que as estruturas partidárias devem ter uma “componente de formação política mais forte”.

O Presidente do PSD saudou o ativismo dos jovens nas questões climáticas, “para mudar determinadas atitudes e até para cancelar determinados investimentos”. “Antes do PSD, as questões ambientais eram vistas como questões de esquerda. Eu achava isto disparatado, sempre achei um assunto sério”. Rui Rio diz que “deveriam ser os mais velhos a ter sentido de responsabilidade”. No entanto, são “os jovens a sensibilizar os mais velhos para defender o Planeta”.

Num registo mais pessoal, Rui Rio confidenciou que atinge “a máxima força” durante a tarde e reconhece que o “maior defeito é a sua maior qualidade também – “uma certa e excessiva inclinação para o rigor” – enquanto o prato predileto é “lampreia à bordalesa, que se come três vezes no ano”, assumindo ainda como ‘guilty pleasure’ o açúcar, “coisas doces”. A sua forma de estar na política assenta nos seguintes valores: “seriedade intelectual, coragem e competência, o que, no conjunto, dá credibilidade”.

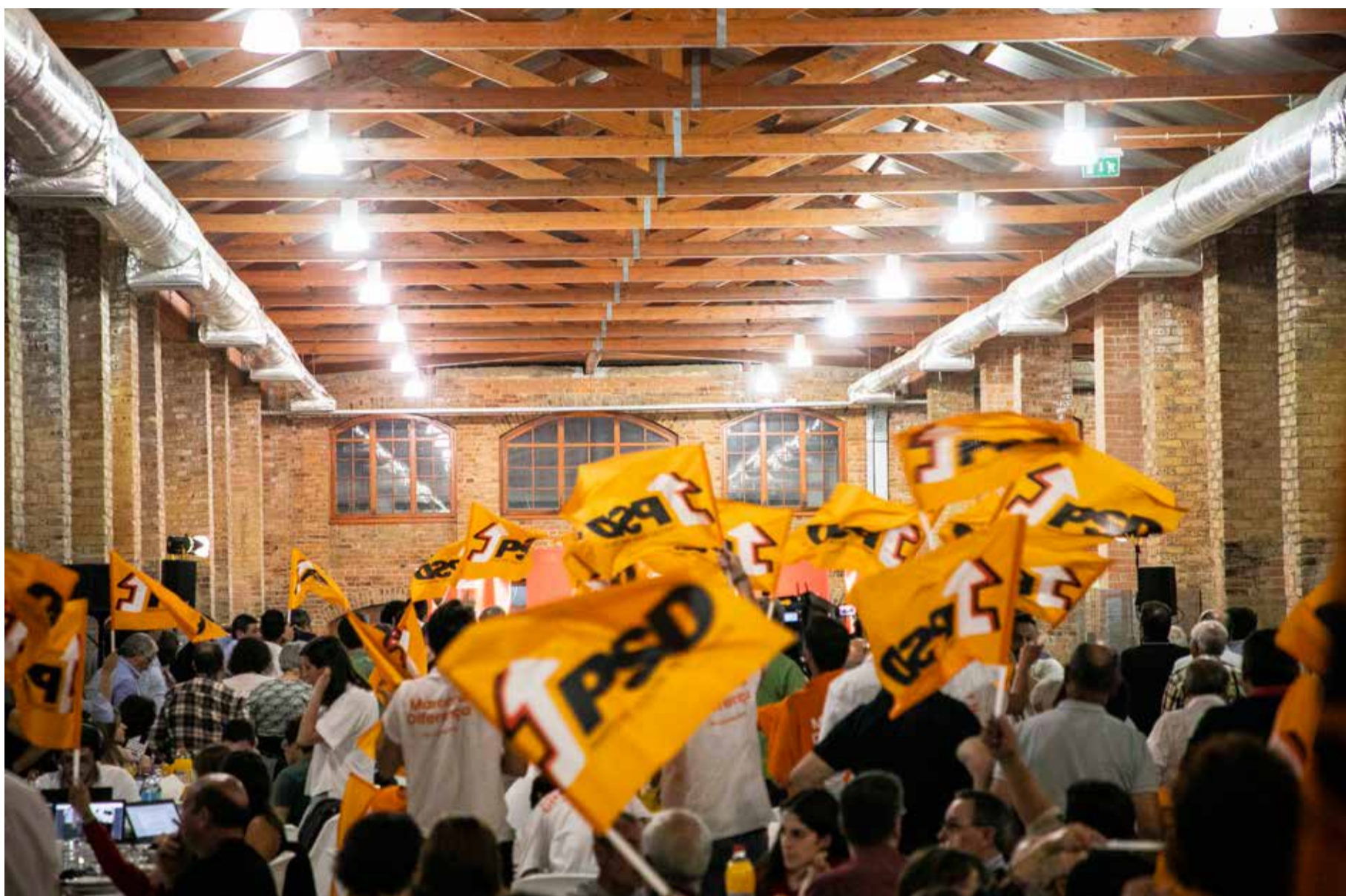
Rui Rio elege como “dia mais feliz” da sua vida o dia em que terminou o curso de Economia, no Porto, quando “saiu a última nota” e terminou com “um alívio tremendo”. Só não elege o nascimento da filha como o acontecimento mais feliz, porque esse momento gera-lhe um “mix feeling”: “de grande felicidade e ao mesmo tempo de dúvidas e de responsabilidade”. “Será que ela [minha filha] vai ser feliz?”, interrogou-se na altura.

O Presidente do PSD espera repetir o plano de férias habitual, com a família, na sua “casa na margem sul do rio Lima (Viana do Castelo)”, embora este ano tenha de ser necessariamente menos tempo, em virtude do calendário eleitoral.

A JSD Talks é uma rubrica da JSD Podcast e teve transmissão em direto nas redes sociais.



CABEÇAS DE LISTA POR BEJA, CASTELO BRANCO, SANTARÉM E SETÚBAL



O PSD anunciou mais quatro cabeças de lista para as eleições legislativas. Henrique Silvestre Ferreira será o cabeça de lista por Beja, Cláudia André por Castelo Branco, Isaura Morais por Santarém e Nuno Carvalho irá liderar o círculo de Setúbal.

Henrique Silvestre Ferreira está à frente da Herdade do Vale da Rosa, conhecida em todo o país pela qualidade das suas uvas sem grainha, numa herdade que está na família há quatro gerações. Recentemente, foi também reconhecido com o Prémio Jovem Agricultor Mais Inovador.

Cláudia André, natural da Sertã, geógrafa e professora, é a escolha para Castelo Branco, tendo um percurso próximo dos jovens e da sociedade civil. É a porta-voz para a Educação, Cultura, Juventude e Desporto do Conselho Estratégico Nacional, trabalhando lado a lado com o Professor David Justino.

Isaura Morais, autarca que conseguiu derrotar a governação socialista em Rio Maior, é o nome escolhido ser cabeça de lista por Santarém. É licenciada em Recursos Humanos e tirou uma pós-graduação em Gestão de Marketing.

Setúbal vê Nuno Carvalho a encabeçar o distrito, é vereador na Câmara Municipal. Licenciado em Direito pela Universidade Moderna de Lisboa e especializado em Finanças pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, foi considerado um dos jovens mais promissores com menos de 40 anos pela revista "Exame".



HENRIQUE SILVESTRE FERREIRA

Tem 30 anos, nasceu no Brasil. A família regressou a Portugal em 1999. Reside em Ferreira do Alentejo. É engenheiro Agrónomo pela Universidade de Évora. É agricultor e administrador da Produção Agrícola de Uvas de Mesa do Vale da Rosa. Foi considerado o melhor Jovem Agricultor pela CAP e apresentou o projeto mais inovador da Europa na área agrícola.



ISAURA MORAIS

Detém a licenciatura em Gestão de Recursos Humanos e uma pós-graduação em Gestão de Marketing. É presidente da Câmara Municipal de Rio Maior. Gestora de profissão, foi presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior e líder da Distrital do PSD de Santarém entre 2012 e 2014.



CLÁUDIA ANDRÉ

Nasceu em 24 de maio de 1971. É licenciada em Geografia, variante de ensino pela Universidade de Coimbra. Vereadora na Câmara Municipal da Sertã e vogal da Comissão Política Nacional do PSD. Entre 2009 e 2017, foi professora de Geografia em escolas.



NUNO CARVALHO

Nasceu em 30 de maio de 1982. Vereador da Câmara Municipal de Setúbal desde 2017, onde foi também deputado na Assembleia Municipal. É gestor de profissão. É formado em Direito pela Universidade Moderna de Lisboa. Lidera a Comissão Política de Secção do PSD de Setúbal e é conselheiro nacional do PSD.

Rui Rio em entrevista à TVI

“O CAMINHO A SEGUIR” É BAIIXAR IMPOSTOS E ESTIMULAR O CRESCIMENTO ECONÓMICO



Rui Rio explicou as duas prioridades do programa macroeconómico apresentado na semana passada pelo PSD: reduzir a carga fiscal sobre as famílias e empresas e estimular o crescimento através das exportações. “O nosso quadro macroeconómico é o quadro que decorre do Conselho de Finanças Públicas e só introduzimos as variantes das nossas políticas que, no concerne às empresas, estas têm de promover mais exportações e mais investimento”, afirmou.

Em entrevista à TVI, dia 8 de julho, o Presidente do PSD considera exequível baixar 3,7 mil de milhões de euros em impostos e reforçar o investimento público em 3,6 mil milhões de euros. “O desafio aqui que temos é controlar muito bem a despesa corrente”, especificou, sublinhando que tal implica “uma otimização de serviços”, que pode levar à realização de auditorias de gestão aos departamentos mais gastadores.

Rui Rio lembra que o modelo seguido pelo Governo está condenado. “Nós temos tido um modelo de crescimento económico muito mais assente no consumo do que na produção. (...) Melhores empregos e com melhores salários, nós temos de ter uma economia mais competitiva. Para termos uma economia mais competitiva, temos de ter políticas públicas que ajudem as empresas a ser mais competitivas. A questão fiscal, a questão da desburocratização da carga fiscal, a questão de políticas centradas no apoio às empresas exportadoras e, fundamentalmente, ao investimento e à capitalização das empresas é absolutamente vital. Por isso é que pomos o IRC um bocadinho mais à frente do que o IRS, que também desce, e o IVA e o IMI, porque é isso que nos garante melhor o futuro. E é isto que nos distingue do PS”, destacou.

Nesta entrevista, Rui Rio insiste que não é compatível o Governo prometer que vai baixar impostos e, simultaneamente, manter uma solução que aposta no aumento da despesa. “O PS e particularmente a solução do PS, que assenta no PCP e no BE, não pode fazer isto. Nem que o Primeiro-Ministro venha dizer que agora vai fazer, ele não pode dizer o que disse recentemente. Tinha dito que não reduzia a carga fiscal e agora que o faz. Ao mesmo tempo diz que repete a solução à esquerda”, referiu.

O líder do PSD acrescenta que o único caminho é o controlo da despesa. “Não podemos aumentar a despesa desta maneira. (...) O caminho é este, não é o caminho seguido pela esquerda. Não é o que tem sido seguido pela esquerda, de mais impostos e mais despesa. Onde vamos parar com mais despesa e mais impostos?”, interrogou.

Rui Rio criticou ainda a deterioração e desorganização dos serviços públicos, mesmo quando o Governo anuncia a contratação de mais funcionários. “O Primeiro-Ministro diz que meteu não sei quantos milhares funcionários públicos. Se meteu não sei quantos milhares funcionários públicos e os serviços estão piores, então o problema não é só mais funcionários públicos e mais dinheiro. (...) O nível de desorganização e de desperdício nos hospitais é incrível”, apontou.

O Presidente social-democrata revelou ainda que, durante a elaboração do programa eleitoral, foi debatida a questão da passagem para as 40 horas de trabalho semanais, e a posição do PSD é manter as 35 horas na função pública.

JOSÉ MANUEL BOLIEIRO É O NOVO VICE-PRESIDENTE DO PSD

José Manuel Bolieiro, Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, desde 2012, e presidente da Mesa do Congresso do PSD-Açores, é o novo vice-Presidente do PSD, substituindo no cargo Manuel Castro Almeida.

Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, José Manuel Bolieiro é também presidente do conselho de administração da Associação de Municípios da Ilha de São Miguel, membro da assembleia intermunicipal da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores e membro do conselho diretivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Em representação da ANMP, integra o Conselho Nacional de Educação.

Foi deputado à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (1998-2009) exercendo as funções de presidente do Grupo Parlamentar do PSD e de presidente da Comissão Permanente de Política Geral, foi Secretário-Geral do Partido Social Democrata/Açores entre 1997 e 2005 e Vice-Presidente do PSD/Açores.

José Manuel Bolieiro passa, assim, a integrar a direção de Rui Rio como Vice-Presidente, juntando-se a Nuno Morais Sarmento, David Justino, Salvador Malheiro, Elina Fraga e Isabel Meirelles.



**Acompanhe-nos
no dia-a-dia...**



**Conferências de Imprensa,
Transmissões em direto,
Discursos e intervenções políticas**



**Entrevistas, Opinião, História,
Iniciativas**



**O dia-a-dia da atividade
do PSD**



**Noticiário semanal todas
as sextas-feiras**

EURODEPUTADOS DO PSD ELEITOS PARA COMISSÕES DO PPE

A delegação portuguesa do PSD inicia o mandato assumindo lugares de destaque nas coordenações do Grupo PPE para 3 Comissões Parlamentares estratégicas. Lídia Pereira é vice-coordenadora do PPE na Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários. José Manuel Fernandes é coordenador do PPE para a Comissão dos Orçamentos e Maria da Graça Carvalho é vice-coordenadora do PPE na Comissão da Indústria, Investigação e Energia.

O chefe da delegação portuguesa do PSD e vice-Presidente do Grupo PPE, Paulo Rangel, declara que estes cargos dão “peso político a Portugal no grupo parlamentar do PPE”. Além de serem absolutamente estratégicas as comissões que Lídia Pereira, José Manuel Fernandes e Maria da Graça Carvalho vão coordenar, a sua eleição representa um voto de confiança dos pares na sua competência e capacidade política.

José Manuel Fernandes pretende corresponder ao compromisso assumido perante os eleitores: o reforço da convergência e da coesão, o apoio às PME, a melhoria dos empregos e dos salários, bem como a promoção da natalidade e um “master plan” para o combate ao cancro.

Lídia Pereira reafirma a vontade de ser protagonista de uma “geração que quer ter uma voz na construção do futuro da Europa”. “Esse futuro passa, em grande medida, por uma economia mais competitiva, mais adaptada aos desafios da digitalização e mais amiga do ambiente”, destacou,

Maria da Graça Carvalho sublinha que o mandato “implica a responsabilidade de coordenar uma área muito importante para a Europa, que cobre a Indústria, as Pequenas e Médias Empresas, a Energia – com implicações nas alterações climáticas –, a Ciência e Inovação, a Sociedade de Informação e a Inteligência Artificial.”

Álvaro Amaro integra as Comissões de Agricultura e Desenvolvimento Rural, e Desenvolvimento Regional, ao passo que Cláudia Monteiro de Aguiar irá trabalhar nas Comissões de Transportes e Turismo, e das Pescas.



PORTUGAL PRECISA

 **PRIMEIROPORTUGAL**

SEGURANÇA NO DISTRITO DO PORTO ESTÁ NUMA SITUAÇÃO “LIMITE”

O presidente da Comissão Política Distrital do Porto do PSD considera que a segurança das populações na região está numa situação “limite”. Alberto Machado alerta para a “falta de capacidade operacional das forças de segurança [PSP e GNR] no distrito”, apontando que “o Governo pouco ou nada tem feito para inverter a situação”. “A falta de efetivos no distrito do Porto é dramática. Temos menos [agentes e militares] do que há quatro anos e o Governo não conseguiu fazer um planeamento para colmatar esta situação”, acusa o líder do PSD/Porto.

Alberto Machado diz que o “número de efetivos [nas forças de segurança] é insuficiente para atender a todas as situações de emergência”, nomeadamente em esquadras na cidade do Porto, que vão ter de encerrar no período noturno. “Estamos a atingir os limites do que é aceitável, nomeadamente quando sabemos que se está a pensar encerrar esquadras à noite, porque o contingente e os meios não são suficientes para a garantir o funcionamento 24 horas”, afirmou Alberto Machado.

O presidente do PSD/Porto aponta debilidades estruturais em algumas esquadras do distrito, assim como a parca operacionalidade dos veículos das forças de segurança. “Temos relatos, após reuniões com os responsáveis da PSP e da GNR, de uma gravidade acentuada no estado das viaturas. Muitas estão avariadas, outras trabalham 24 horas por dia num estado limite. Além disso, há um conjunto de esquadras que precisam de intervenções, tanto em requalificação como na construção de raiz”, sublinhou.

Alberto Machado partilhou estas opiniões durante uma iniciativa do PSD/Vila do Conde, também sobre a questão da construção de uma nova esquadra na cidade, num processo que não sofre avanços há mais de duas décadas. “A atual esquadra da PSP em Vila do Conde está completamente obsoleta. É impensável lá estar nas presentes condições. Urge a construção de uma nova para Vila do Conde, que também irá servir o concelho [vizinho] da Póvoa de Varzim”, afirmou Miguel Pereira, presidente do concelhia social-democrata vila-condenses



O dirigente local do PSD considerou que “compete à Câmara Municipal de Vila do Conde pressionar o Governo de todas as formas possíveis para que obra se realize”, tendo na iniciativa de hoje colocado a réplica em papel de uma fachada no terreno onde a esquadra está projetada ser edificada. “Da nossa parte continuaremos a pressionar os ministérios da Administração Interna e das Finanças para que a esquadra da PSP em Vila do Conde seja uma realidade ao fim 23 anos de várias promessas”, conclui Miguel Pereira.

“PS DEFENDE ISOLADAMENTE O PROLONGAMENTO DO QUEBRA-MAR DO PORTO DE LEIXÕES”

No dia 5 de Julho de 2019, a Assembleia da República votou duas recomendações, solicitando ao Governo (Ministério do Mar) e à Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S. A. (APDL), que procedesse à suspensão do concurso para o prolongamento do quebra-mar exterior e acessibilidades marítimas do Porto de Leixões, atendendo à escassez de informação relativamente ao Novo Terminal de Contentores, e respetivo Estudo de Impacto Ambiental, bem como ao destino do Porto de Pesca. Ambas as propostas obtiveram os votos favoráveis da bancada parlamentar do PSD, do BE, do PAN e do CDS-PP, sendo que o PCP se absteve nas votações e o PS votou contra as recomendações.

Documento de igual teor foi votado a nível local em Matosinhos, tendo na altura tido os votos contra do PS e do PCP, por isso é de salutar a mudança de sentido de voto do PCP



na Assembleia da República, em contraponto com a posição assumida pelos autarcas comunistas em Matosinhos.

O PSD de Matosinhos lamenta “a posição de complacência e submissão que a Câmara Municipal de Matosinhos e o PCP de Matosinhos têm assumido sobre esta questão, lembrando que a senhora Presidente da Câmara esteve, bem sorridente, ao lado da Ministra do Mar no lançamento do concurso, sendo que hoje as restantes forças políticas demonstram que estão ao lado das pessoas do concelho de Matosinhos e da Área Metropolitana do Porto”.

A Secção liderada por Bruno M. Pereira acusa a ministra do Mar de “incompetência”, já que “afirmou desconhecer o impacto que a estrutura terá na costa portuguesa”. “Mais que o projeto arrancou em surdina no tempo em que João Pedro Matos Fernandes, atual ministro do ambiente era administrador da APDL, pelo que se verifica a hipocrisia política do ministro do ambiente o qual deu início ao projeto que irá levar à destruição da orla costeira”, acusam.

O PSD de Matosinhos reconhece a importância económica, política e social, que o Porto de Leixões representa para Matosinhos, para a Área Metropolitana do Porto e para o País. No entanto, “o progresso económico não pode ser efetuado a todo custo, em detrimento do ambiente e de uma hipoteca social, cultural e ambiental para as gerações presentes e vindouras”.

De acordo com o PSD de Matosinhos, a “APDL e o Governo Português não podem, por isso, sentir-se desobrigados de repensar e reavaliar o projeto no que toca ao prolongamento do quebra-mar exterior do Porto de Leixões, pois o mesmo acarreta alterações futuras prejudiciais para os habitantes de Matosinhos e do Porto, pelo que devem ainda apresentar de forma clara e concisa os planos para minimizar os futuros impactos ambientais e económicos”.

O PSD de Matosinhos “apela à participação de todos intervenientes na defesa da orla costeira a qual não pode ser alvo do ataque ambiental que se vislumbra, com origem na vontade única do PS e que só aos interesses deste par-



tido serve, sendo que o projeto relativo ao prolongamento do quebra-mar de Leixões deve ser redefinido de acordo com o superior interesse público e não só interesse económico”.

As perguntas do PSD de Matosinhos

Mas na verdade, o estudo de impacto ambiental levanta dúvidas, muitas dúvidas, e dá poucas ou nenhuma certeza.

- Qual vai ser o impacto real e efetivo do prolongamento do quebra-mar na praia de Matosinhos?
- E nas praias a sul de Matosinhos, nomeadamente nos concelhos do Porto e de Vila Nova de Gaia?
- Qual será o impacto real e efetivo na pesca?
- Qual será o impacto real e efetivo na economia de Matosinhos, no surf e restauração?
- Qual será o impacto real e efetivo nas marés?
- Qual será o impacto real e efetivo na qualidade da água na praia de Matosinhos?
- Qual será o impacto real e efetivo no valor dos imóveis em Matosinhos?

AMIANTO FOI TOTALMENTE RETIRADO DOS BAIRROS SOCIAIS DA MADEIRA



O Governo da Madeira cumpriu na íntegra o projeto de retirada da totalidade do amianto nos bairros sociais da região, afirmou a secretária da Inclusão e Assuntos Sociais do arquipélago. “Este projeto está concluído”, assegurou Rita Andrade, durante o quarto e último debate do Estado da Região desta legislatura, que decorreu na Assembleia Legislativa da Madeira e que contou com a presença de todos os elementos do Governo Regional.

De acordo com os dados revelados, esta intervenção passou pela retirada de 34 mil metros quadrados de amianto dos diversos bairros sociais.

Também salientou que “a Madeira tem o maior ‘ratio’ em termos de habitação social do país”, mencionando que desde 2015 até 2018 o executivo insular investiu 53 milhões de euros, estando previsto gastar este ano 33 milhões de euros.

Nos últimos 40 anos foram construídos 5.000 fogos sociais na região, durante a governação do PSD na Madeira, “o que abrange 25% das famílias madeirenses”.

Rita Andrade apontou que a “habitação social era um dos pilares essenciais” do programa do Governo Regional, apostando na “reabilitação e polo social”, reabilitação de parques desportivos, jardins infantis e fazendo uma aposta na área da eficiência energética”.

“Mas em 2016 tivemos os incêndios”, o que exigiu o realojamento de 122 famílias cujas habitações foram afetadas ou danificadas pelo fogo, tendo sido necessário “apoiar mais de 200 pessoas”.

A responsável admitiu que existe uma extensa lista de espera de pessoas com carências habitacionais na Madeira, uma situação que “se agravou e se veio a engrossar com a inscrição na Investimentos Habitacionais da Região (IHM) de 500 madeirenses que regressaram da Venezuela”. Rita Andrade enfatizou que a responsabilidade de realojar estas pessoas é do Governo da República, mas até ao momento apenas contribuiu para “resolver 30 casos”.

A secretária regional também anunciou que o Programa de Apoio ao Acesso à Habitação 1.º Direito, que tem por objetivo “apoiar a promoção de soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo do acesso a uma habitação adequada”, vai ser “adaptado à Madeira”.

PREJUÍZOS DA SATA SÃO “PERTURBADORES”

O PSD/Açores considera que o prejuízo de 21 milhões de euros da SATA no primeiro trimestre de 2019 “desmente as fantasias” do presidente do Governo Regional, Vasco Cordeiro, que afirmara recentemente que a situação financeira da companhia aérea registava melhorias nos primeiros três meses deste ano. “Há pouco mais de um mês, o senhor Presidente do Governo jurava que a SATA estava no bom caminho e que havia melhorias no primeiro trimestre de 2019. A realidade desmentiu agora essas fantasias de Vasco Cordeiro”, afirmou o deputado António Vasco Viveiros.

O parlamentar social-democrata falava após a divulgação das contas do primeiro trimestre de 2019 das empresas do Grupo SATA, que revelam que a SATA Internacional registou um prejuízo de quase 17 milhões de euros, enquanto que a SATA Air Açores teve resultados negativos de cerca de quatro milhões.

“Estes prejuízos são perturbadores e mostram que as contas da SATA estão absolutamente desgovernadas. O objetivo de reduzir os prejuízos para metade em 2019 está seriamente comprometido, bem como a sobrevivência da companhia aérea”, disse.

António Vasco Viveiros lembra que os prejuízos “aumentaram significativamente” nos primeiros três meses de 2019 relativamente ao mesmo período do ano passado, passando de 14,5 milhões de euros para quase 21 milhões.

“No caso concreto da SATA Air Açores, o prejuízo do primeiro trimestre de 2019 é quase seis vezes maior em relação a 2018”, sublinhou.

De acordo com o deputado do PSD/Açores, “Vasco Cordeiro e o Partido Socialista são os únicos responsáveis por este descalabro da SATA, pois ignoraram durante anos os avisos e propostas dos trabalhadores, partidos da oposição e sociedade civil”.



POVO LIVRE

Director: Luís Álvaro Campos Ferreira

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolvre@psd.pt

Primeiro-Ministro na Europa

Durão Barroso visitou oficialmente a França esteve na reunião de Primeiros-Ministros do PPE na Grécia e visitou o Batalhão português estacionado na Bósnia

Na passada semana, o Primeiro-Ministro José Manuel Durão Barroso esteve em visita oficial a França onde, para além de reuniões com o Presidente Jacques Chirac e o Primeiro-Ministro Jean-Pierre Raffarin, esteve presente num encontro com portugueses autarcas naquele País.

Na Grécia participou na reunião de Primeiros Ministros do Partido Popular Europeu (PPE), preparatório do próximo Conselho Europeu de Copenhaga e na Cimeira da Internacional Democrata do Centro de que é vice-Presidente.

A última etapa levou Durão Barroso à Bósnia-Herzegovina para contactos com as autoridades daquele País e uma visita ao Batalhão português estacionado em Visoko.

Dos pormenores deste périplo damos conta na páginas desta edição.

Paris



Adoptado
o modelo
primeira anual
para reforçar
as relações
bilaterais

página 4

Corfu



Acordo de alerta
rápido para
obstar
ao transporte
de matérias
perigosas

página 3

Visoko



Apoio
ao processo
de estabilidade
da
Bósnia-
Herzegovina

página 5

Edição n.º 1302 do "Povo Livre" | de 4 de dezembro de 2002.

"Primeiro-Ministro na Europa: Durão Barroso visitou oficialmente a França, esteve na reunião de Primeiros-Ministros do PPE na Grécia e visitou o Batalhão português estacionado na Bósnia". O então Primeiro-Ministro efetuava visita oficial a França onde, além de reuniões com o Presidente Jacques Chirac e o Primeiro-Ministro Jean-Pierre Raffarin, esteve presente num encontro com portugueses autarcas no estado gaulês. Durão Barroso esteve depois na Grécia e terminou o périplo na Bósnia Herzegovina'.

CONVOCATÓRIAS DO PSD

RECEÇÃO

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



DISTRITAIS

CASTELO BRANCO

Ao abrigo do disposto nos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, artº 41, convoco a Assembleia Distrital de Castelo em sessão ordinária, para reunir no próximo dia 20 de julho (sábado) de 2019, pelas 20H30, no Auditório do Instituto Português da Juventude, sita na Rua Doutor Francisco J Palmeiro, em Castelo Branco, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política / apresentação da proposta de candidatura à Assembleia de República enviada à Comissão Política Nacional.

SECÇÕES

OLIVEIRA DO BAIRRO

Ao abrigo dos Estatutos do PPD/PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Oliveira do Bairro para reunir no dia 26 de julho (sexta-feira) de 2019, pelas 20H30, na Sede do PPD/PSD em Oliveira do Bairro, sita na Rua do Foral, 68 – 1º Oliveira do Bairro com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Legislativas;
3. Outros assuntos.

NÚCLEOS

CENTRO HISTÓRICO DO PORTO

Ao abrigo do artº 62º dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Núcleo do Centro Histórico do Porto, para reunir, no próximo dia 23 de julho (terça-feira) de 2019, pelas 21H00, no Auditório da Sede sita na Avenida Rodrigues de Freitas, nº 50, Porto, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação política;
3. Outros assuntos.

Nota: Se à hora marcada não estiver o número de militantes necessários, para nos termos estatutários preencher o quórum, a Assembleia de Núcleo realizar-se-á, no mesmo local, trinta minutos depois, com qualquer número de presentes.

LITORAL PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo Litoral do Porto, para reunir no próximo dia 23 de julho (terça-feira) de 2019, pelas 21H00, na Sede Distrital sita à Rua Guerra Junqueiro, 64 – Porto, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação política.

CONVOCATÓRIAS DA JSD

RECEÇÃO

Segunda-feira até 18h00

email: teresa.santos@jsd.pt



ANADIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário Concelhio da JSD de Anadia, para reunir no próximo dia 26 de Julho de 2019, (sexta-feira), às 21h, na Sede do PSD Anadia, sita na Alameda dos Bombeiros Voluntários, Edifício Complexo das Fontes – B1, 1º andar, Sala B, 3780-321 Anadia, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Informações;
2 – Análise do Relatório de Atividades da JSD Anadia;
3 – Eleições Legislativas;
4 – Emancipação Jovem;
5 – Outros Assuntos.

SEVER DO VOUGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se os militantes da Concelhia da JSD de Sever do Vouga, para reunir no dia 10 de Agosto de 2019, pelas 17h00, na Sede do PSD Sever do Vouga, sito na Rua do Comércio, nº 50, em Sever do Vouga, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política da JSD Concelhia de Sever do Vouga.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Distrital de Aveiro, ou a quem o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As urnas estarão abertas das 17h00m às 20 horas.

SINTRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se todos os militantes da Concelhia da JSD Sintra, para Plenário Concelhio a realizar no dia 18 de Julho de 2019 pelas 21 horas, na Sede do PSD do Cacém, Avenida dos Bons Amigos, nº37 – 1.ºC, 2735-077 Agualva-Cacém, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Informações;
2 – Análise da situação política;
3 – Outros assuntos.

NÚCLEO DE COVILHÃ E CANHOSO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da JSD inscritos na União de Freguesias Covilhã-Canhoso para as eleições do Núcleo Residencial da União de Freguesias Covilhã-Canhoso, a decorrer no próximo dia 31 de Agosto de 2019, pelas 14h30m, na sede da JSD Covilhã, sita na Rua Ruy Faleiro, nº14, 1º Dt.º, Covilhã, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política do Núcleo Residencial da União de Freguesias Covilhã-Canhoso.

Nota:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio, até às 23h59 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, no local supra indicado, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD. As urnas estarão abertas das 14h30m às 16h30m.